

ATA FUNDEB	REGISTRO DA SESSÃO PLENÁRIA DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017
---------------	--

Aos quatorze (14) dias do mês de novembro, às dezenove horas e três minutos (19h03min), em segunda chamada, instalou-se a reunião ordinária do Conselho do FUNDEB, com a seguinte pauta: **1-** Informes gerais; **2-** Leitura e aprovação da ata do mês de outubro de 2017; **3-** Apresentação da Metodologia e dados do Censo Escolar de 2016 e 2017; **4-** Formação dos conselheiros sobre a Prestação de contas ao FNDE/SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação). A reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros: Luiz Gonzaga da Rocha, Glaison de Moura, Iara Fernando Balbino, Maria Antonieta Sabino Vieira, Viviane Gonçalves Rodrigues e Wandson Antônio Silva Mourão. Contou, também, com a presença dos convidados André J. Regal Junior e Diana de Cássia Silva e com Vanessa M. da Cunha, como secretária executiva. Os conselheiros Katia Cristina Varme Dias e Omar Pinto Domingos tiveram suas ausências justificadas. Servidores da Gerência de Monitoramento da Organização Escolar (GEMOE) e da Gerência de Convênios e Repasses (GERCR) foram convidados para participarem da reunião. Foram eles: Adriana Nogueira, Cláudia Maria, Marcelino Cástulo, Eleonora Ferreira e Kelson Damasceno. O Presidente Luiz Gonzaga da Rocha iniciou a reunião lendo a pauta e logo após pediu uma breve apresentação dos presentes. Na sequência, informou que Maria Antonieta S. Viana vem pela primeira vez à reunião, como conselheira, que já a conhece e diz que ganharam uma militante neste conselho. Complementou propondo a leitura da ata da reunião anterior na próxima Sessão Plenária por ter, até aquele momento, apenas um participante da mesma. Passou, então, a palavra para as servidoras da GEMOE, Cláudia Maria e Adriana Nogueira, para que apresentassem os dados do Censo Escolar. Cláudia iniciou apresentando a Portaria INEP nº 269 de 23 de março de 2017, (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) que estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar da Educação Básica de 2017, realizado via Internet, por meio do sistema Educacenso, em todo o território

nacional. Ressaltou as datas em que o INEP começará a processar os dados do Censo de 2017 e divulgará os mesmos, sendo em 18/12/17 e 31/01/18, respectivamente. Dessa forma, explicou a indisponibilidade de tais dados no momento. Luiz Gonzaga da Rocha interveio e disse que o repasse financeiro é baseado nos dados do ano anterior e Claudia Maria apresentou o Decreto nº 6.425 de 04 de abril de 2008 que dispõe sobre o Censo anual de educação. Em seguida, Cláudia Maria continuou explicando que o Censo é um levantamento estatístico, de responsabilidade do Inep, com sistema informatizado (Educacenso), realizado em etapas, que declara a situação do aluno de acordo com a modalidade de ensino: sem movimentação, curso em andamento e concluinte. Maria Antonieta S. Viana teve dúvidas quanto ao item 'sem movimentação' e Adriana Nogueira explicou exemplificando a situação do "status" sem movimentação de um aluno hipotético de Educação Infantil. Cláudia Maria retomou a palavra e apresentou os dados do Censo de 2016, retirados do Diário Oficial da União (DOU): **1-** gráfico informando números de matrículas em: Creche e Pré-escola parcial e integral, anos iniciais e finais da Educação Fundamental, Ensino Médio e EJA. **2-** gráfico informando o número de matriculados em Educação Especial (inclusão). Complementou dizendo que o valor do aluno especial é diferenciado para o repasse financeiro e também que há diferenciação de valores do aluno integral e parcial. **3-** gráfico com o quantitativo do somatório de alunos em 2016, sendo: EI – 38.355; EF – 114.174; EJA – 15.841, totalizando 168.370 alunos. Luiz Gonzaga da Rocha perguntou se os valores vem decrescendo, comparativamente, com 2015 e Cláudia Maria respondeu que acha que houve queda no 3º ciclo (EF). Luiz Gonzaga da Rocha pediu que fosse enviado ao e-mail do Fundeb/BH os dados apresentados e que fossem incluídos os dados de 2015. Adriana comprometeu-se no envio do material solicitado e também do link. Maria Antonieta S. Viana perguntou como se dará o censo de Umeis já que é a Escola Sede que envia os dados. Eleonora explicou que escolas já tem autonomia no Inep. Marcelino Cástulo complementou que na RME as Umeis não tiveram cadastro próprio até então, porque para que a Umei receba recurso próprio, a mesma tem que ter CNPJ. Anteriormente, tentou-se verificar a possibilidade de desvincular a Umei da Escola-sede para que recebesse seu próprio recurso e disse que a partir de agora vai ser desvinculado, mas

dependendo da data limite, o repasse não ocorrerá no próximo ano. Luiz Gonzaga da Rocha opinou que deve haver solidariedade entre as escolas para o gerenciamento dos recursos; exemplificando que cuidou dos orçamentos da EM Jardim Leblon, mesmo sendo diretor da EM Zilda Arns. Maria Antonieta S. Viana relatou que sabe que a Umei recebe recursos do PDDE mas que nunca usou tais recursos; que as Umeis tem que ter autonomia para tal, e que, se desconhecem os recursos não tem como ter autonomia. Adriana Nogueira finalizou a apresentação dizendo que acrescentará alguns dados na mesma e a encaminhará para o e-mail do Fundeb. Luiz Gonzaga da Rocha propôs estabelecimento do teto para término da reunião e Maria Antonieta S. Viana opinou que fosse às vinte e uma horas (21h). Após o estabelecimento de teto aprovado, Marcelino Cástulo apresentou o grupo de pessoas que lidará com a prestação de contas dos recursos do FNDE. Relatou que há dois ou três meses um grupo de quatro pessoas foram designadas para acompanhar o processo de transição, pois, a Contadoria Geral do Município fazia a prestação de contas e a partir de 2018 será de responsabilidade da Smed. Diana de Cássia Silva perguntou se essa descentralização foi uma decisão do governo Kalil (município) e Marcelino Cástulo disse que não sabia responder, que iria pesquisar, mas que já acontece dessa forma em outras Secretarias. O conselheiro Glaison de Moura opinou dizendo que essa metodologia é uma tendência nacional. Kelson Damasceno apresentou o caminho de acesso ao sistema: site do FNDE ou google – siope – portal do FNDE e SIOPE/ (como buscar os relatórios de interesse). Informou que iniciará a prestação de contas dos meses de setembro e outubro. André Regal Junior perguntou se os dados são confrontados com o Tribunal de Contas e Kelson Damasceno respondeu que sim, mas com nomenclaturas diferentes neste sistema. Explicou que a natureza do recurso é a mesma. Eleonora Ferreira disse que o sistema de prestação de contas do Fundeb é bimestral e é importante destacar que todo recurso do Fundeb é destinado a pagamento de folha. Marcelino Cástulo ressaltou que o SIOPE não se resume ao Fundeb, mas que se destina a orçamentos públicos, que a necessidade de transparência levou à esse tipo de sistema, que é mais um instrumento para participação da população. O conselheiro Glaison de Moura complementou que é uma ferramenta para a população fazer pressão ao governo. Kelson Damasceno informou que em

janeiro encerra-se a prestação de contas de 2017 e inicia-se do próximo ano e que o repasse de recursos é mensal. Luiz Gonzaga da Rocha esclareceu que nos anos anteriores a prestação de contas era finalizada em fevereiro e fazia-se também um Parecer; perguntou se esse rito permaneceria ou seria dispensado e Marcelino Cástulo respondeu que acredita que não haverá dispensa de se apresentar o Parecer. Completou informando que dependendo do horário e do relatório solicitado, não se consegue acessar o sistema, mas que deve-se insistir. Acessou o relatório para mostrar como se faz a pesquisa sobre remuneração, item profissionais, dizendo que esse item é de interesse dos conselheiros do Fundeb. Eleonora Ferreira relatou que os recursos do FUNDEB do município de Belo Horizonte são divididos em duas partes: 60% é destinado a remuneração de professores que encontram-se em sala de aula e 40% a profissionais que encontram-se nas escolas mas exercem outras atividades; explicou tal divisão e exemplificou os dois casos. Complementou afirmando que este relatório é para mostrar como se faz a pesquisa sobre remuneração e que o SGE complementa as informações do SIOPE, ferramenta federal. O relatório é do Município, não só do Fundeb. Luiz Gonzaga da Rocha opinou que deve-se comparar o SGE com este sistema porque cabe aos conselheiros fiscalizar. Maria Antonieta V. Silva disse que o SIOPE não é simples e continua sem clareza, que está insatisfeita por não compreender os dados (receita e despesa) e acha que o município já tem ferramentas. Diana de Cássia Silva chamou a atenção que precisamos entender os valores, repasses, etc para que o município não declare que não tem dinheiro para a Educação. Marcelino Cástulo esclareceu que foram convidados para apresentar o sistema, que acredita ter clareza e transparência, mas realmente suscitam questões junto ao município. Assim sendo, acha que o Conselho do Fundeb deve colocar esta demanda posteriormente. Luiz Gonzaga da Rocha falou que esta apresentação foi para o conhecimento da ferramenta e que pode-se solicitar melhorias num momento futuro. Maria Antonieta V. Silva disse que quantidade não é qualidade e que não consegue visualizar nas planilhas apresentadas os 25% dos recursos empregados na Educação. André J. Regal Junior opinou que esta é mais uma ferramenta além das já existentes e que as pessoas estão aprendendo a lidar com ela. Marcelino Cástulo voltou no item já apresentado “a quem se destina” e o leu novamente e reforçou a finalidade da ferramenta.

Diana de Cássia Silva disse que a ferramenta é para aumentar o controle social, mas que existem questões não respondidas. Assim, reforça a necessidade de ser mais didático e transparente, porque quem não é da área de Contabilidade tem dificuldades para entendê-la. Maria Antonieta V. Silva perguntou se é possível pedir para a PBH uma previsão dos recursos destinados aos professores (60% e 40%), através do censo. Luiz Gonzaga da Rocha respondeu que pode “provocar” o executivo nesse aspecto, através de ofício. Perguntou aos presentes se a próxima reunião poderia ser conjunta com a reunião do CME, para fins de confraternização, a pedido de Maria de Fátima M. de Aguiar e os presentes concordaram. O presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às vinte e uma horas (21h). O registro da Sessão Plenária foi realizado pela secretária executiva do Fundeb/BH.